

Presidente — Dr. Theophilo de Azeredo Santos

1º Vice-presidente — Dr. Otto Eduardo Vizeu Gil

2º Vice-presidente — Dr. José Carlos Barbosa Moreira

3º Vice-presidente — Dr. Oscar Dias Corrêa

Tesoureiro — Dr. Luiz Felizardo Barroso

Bibliotecário — Dr. Arnaldo Rodrigues Duarte

Orador — Dr. Octavio Mello Alvarenga

Secretário-Geral — Dr. Carlos Henrique de Carvalho Fróes

1º Secretário — Dra. Dora Martins de Carvalho

2º Secretário — Dr. Paulo Ladeira de Carvalho

3º Secretário — Dr. Condorcet Rezende

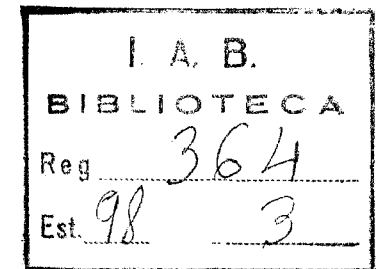
4º Secretário — Dr. Newton Barroca

1º Suplente — Dr. Ricardo César Pereira Lira

2º Suplente — Dr. Danilo Homem da Silva

3º Suplente — Dr. José Carlos Vilella Rabello

4º Suplente — Dr. Celso Guedes



**REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
BRASILEIROS**

ANO VI — NÚMERO 16

Av. Marechal Câmara, 210 — 5º andar — Guanabara  
Tel. : 222-8344

THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS \*

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO DOS  
ADVOGADOS BRASILEIROS

É fácil compreender-se a minha satisfação pela honra de suceder ao jurista SEABRA FAGUNDES cuja gestão está marcada pela dignidade de suas atitudes e a seriedade da programação que tão bem soube implementar. A história desta entidade registra sucessivas manifestações de amor ao Estado de Direito, preservação da Democracia, combate a todos os extremismos, da esquerda ou da direita, luta pelas prerrogativas dos advogados, enfim, esta Casa é respeitada não apenas pelos notáveis estudos que serviram de base para muitas reformas de nossa legislação ou enriquecem a doutrina brasileira, mas, também, pela independência de seus associados na intransigente defesa dos direitos humanos. Fundado em 7 de agosto de 1843, o Instituto dos Advogados Brasileiros conservará intocáveis os princípios e as tradições que o tornaram merecedor de respeito e admiração incondicionais.

2. — A nova Diretoria pretende, com o apoio dos ex-Presidentes, de cuja experiência e dedicação não pode e não abrirá mão, além da cooperação de seus associados, marcar a sua gestão pela execução de Programa que compreenderá a realização de Cursos, Mesas-Redondas, Simpósios, Seminários e Congressos, em horário diverso das sessões semanais, a fim de continuarmos os estudos que têm em vista a atualização de nossas leis ao Brasil de hoje.

3. — Já podemos enunciar algumas das iniciativas para 1972:

- 1) Ciclos de Conferências para atualização de estudos de Direito Comercial, cuja coordenação está confiada ao nosso

\* Presidente — 12-4-72 — Biênio 72/74.

ex-presidente, Prof. Otto de Andrade Gil, e que será instalado amanhã, às 9 horas, sendo a conferência inaugural proferida pelo Prof. Rubens Requião, da Universidade do Paraná, que tratará de tema, tão pouco versado, na *Concessão de Venda com Exclusividade*;

- 2) Seminário sobre *Crimes de Sonegação Fiscal*, na próxima semana, nos dias 18 e 19, coordenado pelo Prof. Virgílio Luiz Donnici e tendo, como Relator Geral, o Prof. Gilberto Ulhôa Canto.
- 3) Mesa Redonda, com a participação de juristas de outros Estados, sobre a *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas*, quando será examinado anteprojeto que constitui, sem exagero, uma das peças jurídicas de maior importância e alcance na atualidade, de autoria do Prof. Alfredo Lamy Filho, que será o Relator;
- 4) Curso de *Direito de Seguros* e Mesa Redonda sobre *Seguro de Crédito Interno e Externo*, ambos com a colaboração da Escola Nacional de Seguros, fundação vinculada ao Instituto de Resseguros do Brasil;
- 5) Simpósio de *Direito Agrário e Reforma Agrária*, coordenado pelo orador desta Casa, Prof. Octávio Mello Alvarenga, com a participação do Prof. Ricardo Carrera, Presidente da Associação Latino-Americana de Direito Agrário;
- 6) Curso de *Direito Especial*, sob a orientação da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço;
- 7) Mesa Redonda sobre *Direito Esportivo*, assunto marginalizado dos estudos jurídicos. A seriedade do tratamento da matéria está garantida pela escolha do coordenador, jurista Ivan Paixão França, do Relator Geral Dr. Anibal Moreira Pellon e a participação do Prof. Evaristo de Moraes Filho;
- 8) Curso sobre *Aspectos jurídicos da Habitação*, coordenado pela advogada Dora Martins de Carvalho, nosso 1º Secretário, com a colaboração do Banco Nacional de Habitação;
- 9) Mesa Redonda sobre *Tribunais de Alçada*, coordenada pelo Juiz Presidente do Tribunal de Alçada da Guanabara, Dr. Luiz Antonio Severo da Costa;
- 10) Curso sobre os problemas atuais do *Direito Administrativo*, sob a orientação do Prof. Themístocles Brandão Cavalcanti, com a colaboração do Instituto de Ciências Políticas da Fun-

dação Getúlio Vargas e coordenação do Prof. Sérgio de Andrea Ferreira;

- 11) Curso sobre *Aspectos Jurídicos da Contabilidade*, coordenado pelo Prof. Cyro Amaro da Silva;
- 12) Curso sobre *O Programa de Integração Social*, com a colaboração da Caixa Econômica Federal, coordenado pelo Dr. Gil Macieira;
- 13) Ciclo de Conferências sobre o *Modelo Político Brasileiro*, coordenado pelo Prof. Oscar Dias Corrêa, nosso Vice-Presidente;
- 14) Ciclo de Conferências sobre o *Modelo Econômico Brasileiro*, coordenado pelo Prof. Oscar Dias Corrêa;
- 15) Seminário sobre *Tóxicos* coordenado pelo Prof. Virgílio Luiz Donnici;
- 16) Curso sobre o novo *Código de Propriedade Industrial*, coordenado pelo advogado Carlos Henrique de Carvalho Fróes, nosso Secretário Geral, com a colaboração da Associação Brasileira para a Proteção da Propriedade Industrial e da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial;
- 17) Congresso de âmbito nacional, sobre *Problemas da Propriedade Industrial*, coordenado pelo Dr. Carlos Fróes;
- 18) Seminário sobre *Ação Executiva*, sob a coordenação de nosso Vice-Presidente, Prof. José Carlos Barbosa Moreira;
- 19) Primeiro Encontro dos Professores de *Ciências Penais*, sob a coordenação do Prof. Virgílio Luiz Donnici;
- 20) Mesa Redonda sobre *A Mulher na Legislação Brasileira*, coordenada pela Prof. Ruth Barbosa Goulart;
- 21) Curso sobre *Direito Nuclear*, coordenado pelo Prof. Carlos Alberto Dunshee Abranches;
- 22) Curso sobre *Mar Territorial e Plataforma Submarina*, coordenado pelo Prof. Clovis Ramallete;
- 23) Seminário sobre o *Testemunho Público*, coordenado pelo nosso Diretor, Dr. Danilo Homem da Silva;
- 24) Curso de *Mercado de Capitais*, com a colaboração da — Adecif - Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento;

- 25) Curso sobre *Direito dos Transportes*, sob a orientação do jurista Prado Kelly e a colaboração da Cia. Docas de Santos;
- 26) Curso sobre *Democratização do Capital das Empresas*, com a colaboração do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais;
- 27) Curso de *Direito Bancário*, coordenado pelo Prof. Herculano Borges da Fonseca, com o apoio do Sindicato dos Bancos da Guanabara;
- 28) Curso de *Direito Civil Moderno*, coordenado pelo Prof. Caio Mário da Silva Pereira;
- 29) Mesa Redonda sobre a *Ampliação dos Atos Privativos dos Advogados*, sob a orientação do Dr. Otto Eduardo Vizeu Gil, nosso Vice-Presidente;
- 30) Curso sobre "*Trading Companies*", coordenado pelo nosso Diretor Luiz Felizardo Barroso;
- 31) Curso sobre *Problemas Jurídicos, Econômicos e Sociais da Pequena e Média Empresas*, com a colaboração da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e coordenado pelo advogado Ronaldo Chaer;
- 32) Curso sobre *Modernos Problemas Jurídicos da Documentação*, coordenado pelo nosso Vice-Presidente, Dr. José Carlos Barbosa Moreira, com a colaboração da Xerox do Brasil, pelo seu Diretor advogado Sérgio Grégori;
- 33) Curso relativo ao *Imposto sobre Circulação de Mercadorias*, coordenado pelo Prof. Otto de Andrade Gil e a colaboração do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro;
- 34) Curso sobre *Bancos de Investimentos*;
- 35) Curso sobre o *Novo Código de Processo Penal*;
- 36) Mesa Redonda sobre a *Reforma da Lei do Cheque*, coordenada pelo Prof. Othon Sidou;
- 37) Curso sobre *Aspectos Jurídicos do Comércio Exterior*, coordenado pelo nosso ex-Presidente, Prof. Haroldo Teixeira Valadão;
- 38) Curso sobre *Direito do Trabalho*, coordenado pelo Prof. Evaristo de Moraes Filho;
- 39) Curso sobre *Aspectos Jurídicos do Capital Estrangeiro*, coordenado pelo Prof. Arnold Wald;

- 40) Curso de *Preparação a Concursos para a Magistratura, Ministério Público e Procuradoria do Estado*, sob a direção do Desembargador Martinho Garcez Netto;
- 41) Seminário sobre a *Extensão da Falência*, coordenado pelo Prof. Heitor Gomes de Paiva;
- 42) Mesa Redonda sobre *Os Direitos do Autor*;
- 43) Curso sobre as *Associações de Poupanças e Empréstimos*;
- 44) Curso sobre *Falências e Concordatas*, coordenado pelo Prof. José Ferreira de Souza;
- 45) Curso sobre *Correção Monetária* - coordenação do Prof. Arnold Wald;
- 46) Mesa Redonda sobre o *Protesto Cambial*;
- 47) Curso sobre *Executivos Fiscais*;
- 48) Curso sobre a *Constituição Brasileira*;
- 49) Curso sobre *Hipotecas*;
- 50) Mesa Redonda sobre *O Menor no Direito Brasileiro*;
- 51) Curso de *Direito da Eletricidade*;
- 52) Curso sobre o *Novo Código Penal*, coordenado pelo Prof. Benjamim de Moraes;
- 53) Mesa Redonda sobre *Metodologia do Ensino Jurídico — nova estruturação*, com a colaboração do Centro de Ciências Sociais da PUC;
- 54) Seminário sobre *Aspectos Jurídicos do Urbanismo*;
- 55) Curso de *Imposto Sobre Serviços*, coordenado pelo Dr. Alexandre da Cunha Ribeiro Filho.
- 56) Curso de *Arbitragem Comercial Internacional*, coordenado pelo Prof. Carlos Alberto Dunshee de Abranches;
- 57) Curso sobre *Aspectos Jurídicos do Setor Industrial*;
- 58) Curso sobre *Instituições Financeiras Internacionais*;
- 59) Curso de *Imposto de Renda*;
- 60) Curso sobre a *América Latina Aspectos Econômicos, Jurídicos, Sociais e suas Aspirações*;

É certo que um programa de "reciclagem", em vários setores do campo jurídico só poderá ser adequadamente cumprido com a participação em equipe de eminentes juristas, que se disponham a promover a atualização dos estudos de temas que, na atualidade, exigem do profissional conhecimentos necessários para solver litígios aos quais seja eventualmente chamado ou a ministrar esclarecimentos solicitados por uma Comunidade, em permanente transformação.

Assim, a nossa gestão ficará marcada pela integração de maior número de colegas em todas as iniciativas, o que impõe sejam, no futuro, distribuídos entre todos os sucessos alcançados.

4. — O nosso ex-Presidente, Dr. Thomas Leonardos, apoiado pelos associados, teve a feliz idéia de sugerir a inclusão do retrato de D. Pedro I — do Brasil (Pedro IV de Portugal) na Galeria de Figuras Históricas do IAB. Demos acolhida a essa excelente sugestão e, por inspiração daquele ilustre jurista, convidamos o Prof. Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, para descerrar o quadro comemorativo que já foi doado ao Instituto, graças a intervenção do Prof. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nessa oportunidade (provavelmente em setembro), é nossa intenção realizar um Simpósio sobre *Problemas Jurídicos Luso-Brasileiros*.

O retrato foi extraído da Galeria de Sisson, 1859, sobre pintura de Henrique José da Silva, 1822 ou 1823. Os nossos agradecimentos ao Prof. Pedro Calmon, são formalizados nesta cerimônia, a fim de revelar-lhe, de forma mais significativa, o nosso reconhecimento.

5. — Com apoio do Ministério da Justiça, por intervenção do seu ilustre Titular, Prof. Alfredo Buzaid, e cooperação do Sr. Governador do Estado da Guanabara, Dr. Antonio de Pádua Chagas Freitas, pretendemos realizar, em 1953, no Rio, a *XVIII Conferência da Federação Interamericana de Advogados*, que deverá reunir cerca de 1.500 representantes, procedentes dos diversos países das Américas. No final deste mês, iremos a Quito, quando se reunirá a Federação e, nessa oportunidade, oficializaremos a candidatura do Brasil à sede do próximo conclave. Merece relevo o apoio, nesse particular, que recebemos do Dr. Carlos Alberto Dunshee de Abranches e do Dr. Nehemias Gueiros, que ocupam posição de destaque no Inter-American Bar Association.

6. — O decano do Centro de Ciências Sociais da PUC, Prof. Carlos Alberto Menezes Direito, nos assegurou convênio que irá permitir a impressão dos estudos jurídicos que iremos realizar. A Revista Forense, através de seu diretor, Dr. Mário Santos, nos garantiu publicar, em livro, as conferências de alguns de nossos Cursos, inclusive o 1º, sobre Direito Comercial Moderno. Promessa de alto valor intelectual nos foi feita pela direção da excelente "Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro", de São Paulo, através do Prof. Fábio Konder Comparato, no sentido de publicar conferências aqui realizadas e que se refiram a matéria do âmbito daquela Revista.

Nosso propósito de publicar, de maneira regular e não episodicamente a nossa Revista, tem também a finalidade de permitir que colegas que não possam participar de nossos ciclos de conferências tenham a oportunidade de divulgar estudos de interesse para a nossa classe.

7. — Acreditamos que devem integrar-se no Instituto, embora conservando a sua autonomia, outras associações culturais que perseguem objetivos ligados à ciência jurídica, tais como: o Comitê Nacional de Direito Comparado, a Sociedade Brasileira de Direito Internacional, a Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço, a Seção Brasileira da Inter-American Bar Association, o Instituto de Direito Processual Civil, a Sociedade Brasileira de Direito Marítimo, o Instituto Brasileiro de Ciências Políticas, a Associação Internacional do Direito do Seguro, o que representaria uma economia de esforços e de recursos, além de dar maior regularidade à atuação de cada entidade, em particular.

8. — Ao jurista está reservada importante função no regime que começa a surgir, fruto do esforço de todos os brasileiros: o da estabilidade monetária. A eliminação gradativa do ônus inflacionário reclama maior velocidade no ajustamento das leis à nova ordem econômica, além de acompanhar a evolução das várias atividades comerciais, industriais, agrícolas e de serviços, que provocam o surgimento de instituições ainda carentes de regulamentação. Um mundo novo aparece, resultado do processo de desenvolvimento, exigindo normas adequadas à proteção dos investidores e consumidores, a regulamentação das "trading companies" e das empresas "leasing", a instituição, entre nós, do "take over bid", disciplina mais objetiva da repressão ao abuso do poder econômico, estatuto legal para empresas multinacionais, a simplificação dos processos executivos e tantas outras leis, impostas pela realidade.

9. — Aguardamos a ampliação dos quadros de Justiça e a sua modernização, de forma a evitar a morosidade dos julgamentos, pois, em 1971, apenas para citar a Guanabara, foram distribuídos, nas Varas Cíveis, 65.289 feitos; nas Varas de Família — 12.197; nas Varas de Órfãos e Sucessões — 12.550; nas Varas da Fazenda Pública Estadual — 1.540; nas Varas de Registros Públicos — 714; nas Varas de Acidentes do Trabalho — 8.897; nas Varas de Menores — 1.254; nas Varas Criminais Comuns — 28.838; nas Varas de Contravenção — 11.276; nos Tribunais do Júri — 709, além de 27.252 habilitações de casamento e 11.479 executivas fiscais da Fazenda Pública Estadual, totalizando 111.479 feitos, distribuídos a pouco mais de uma centena de juizes.

10. — Acreditamos que o período de nossa gestão à frente do Instituto seja exatamente o das grandes reformas legislativas. Não queremos ser meros espectadores dessas transformações, mas, ao revés, delas participar com a nossa experiência e vontade de encontrar melhores destinos para todos os brasileiros, de maneira a eliminar, sem tardança, injustiças que geram conflitos e insatisfações.

11. — O Instituto dos Advogados Brasileiros terá o seu passado respeitado pelas atitudes que iremos assumir no futuro e que deverão coincidir com a manifestação de nosso Plenário, único órgão soberano para ditar a orientação a ser assumida em cada caso.

12. — O Direito é o melhor instrumento para que as conquistas alcançadas no campo político, econômico e social tenham a aplicação sem conflitos, mas, para exercer as suas funções indelegáveis, não de ser substituídas as concepções jurídicas superadas, desajustadas de nossa realidade, provocando o adiamento dos êxitos de medidas de transformação de nossa sociedade.

É, nesse ambiente de fé na Democracia, de reconhecimento da importância e do alcance da liberdade com responsabilidade, da necessidade da ordem jurídica permitir a todos melhor clima de paz e justiça, que iniciamos o nosso mandato, pedindo as bênçãos de Deus!

Muito obrigado a todos pela sua presença que tanto nos sensibiliza.

RUBENS REQUIÃO \*

## O CONTRATO DE CONCESSÃO DE VENDA COM EXCLUSIVIDADE (CONCESSÃO COMERCIAL).

SUMÁRIO: — 1 — A capacidade criativa do direito comercial. 2 — Fundamentos econômicos do contrato de concessão comercial. 3 — Conceito e objeto do contrato. 4 — Natureza jurídica da concessão comercial. 5 — Qualificação do contrato de concessão comercial. 6 — Atipicidade do contrato. 7 — Distinção em relação aos contratos afins. 8 — A cláusula de exclusividade. 9 — A cláusula de exclusividade e a recusa de venda. 10 — A concessão comercial no direito comparado (Estados Unidos e Bélgica). 11 — A concessão comercial na América Latina (S. Domingos), Panamá, Honduras, S. Salvador, Argentina). 12 — Rescisão do contrato e a indenização. 13 — Ruptura do contrato a prazo determinado. 14 — O tema em face das leis brasileiras. 15 — Rescisão do contrato atípico no direito brasileiro.

1 — *A capacidade criativa do direito comercial.* O grande atrativo que o direito comercial exerce sobre o nosso espírito, de modo a torná-lo a disciplina jurídica de nossa predileção, é a sua capacidade de ser um real e efetivo instrumento do progresso. E ao referirmo-nos a *progresso* aludimos à expressão em seu amplo significado, não só de instrumento renovador da ciência jurídica, mas também de valioso promotor da civilização.

Desde a Idade Média, quando o direito comercial surgiu como um conjunto de regras técnicas e jurídicas para a defesa do crédito e do tráfico mercantil, tão combatidos pelas dilações e anistia

\* Professor RUBENS REQUIÃO, Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.